



FAÇA SUA DOAÇÃO PARA O FMADCA

Clique aqui ou
escaneie o Código QR



PROTEGER CRIANÇAS E ADOLESCENTES É RESPONSABILIDADE DE TODOS



EDIÇÃO ESPECIAL - XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Conferência discute impactos da pandemia na infância e juventude

Evento reuniu quase 600 participantes nos dias 20 e 21 de dezembro

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA-Rio) realizou nos últimos dias 20 e 21 a XII Conferência Municipal, com um público de cerca de 600 participantes, entre eles conselheiros de direito, conselheiros tutelares, representantes de instituições, adolescentes e crianças. No primeiro dia, o evento contou com a palestra magna do professor da UFF

Rodrigo Silva Lima, com o tema que também é o tema central do evento, a "Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia da Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade".

A mesa de abertura do evento

contou com a presença do Conselheiro e Presidente do CMDCA, Carlos Roberto Laudelino, da vice-presidente do CMDCA, Érica Arruda, da secretária municipal de assistência social, Maria Domingas Pucú, da vereadora Laura Carneiro, representando a Câmara dos Vereadores, e do representante do Conselho Consultivo do Colegiado Municipal, conselheiro tutelar do

CT 19, Fabio Sebadelhe. A abertura teve ainda apresentação cultural do Instituto Joias do Amanhã.

De acordo com o professor responsável pela palestra magna, Rodrigo Silva Lima, é necessário que os adultos mergulhem no universo da criança e do adolescente para que certas questões sejam compreendidas. "Além disso, não dá mais para a gente perder de vista a retomada de programas de erradicação do trabalho infantil, que ficaram muito esvaziados, e também não tratar a questão do tráfico de drogas apenas de forma punitiva, culpabilizando de maneira unilateral esses jovens. Enfim, são muitas questões que precisam do nosso olhar", destaca.

Já o presidente do CMDCA, Carlos Laudelino, homenageou os presidentes que já estiveram a frente do CMDCA. "Nós só conseguimos chegar a 12ª conferência pelo esforço, pelo compromisso e pelo amor à causa da criança e do adolescente que todos esses ex-presidentes tiveram, representando o colegiado tanto governamental como da sociedade civil", falou.

Durante o evento, que foi apresentado por dois jovens, Dandara França e Emanuel Gomes, também foi feito o lançamento do "Guia SUAS no contexto das

emergências: a experiência da SMAS no enfrentamento à Pandemia do COVID-19", e a tarde foi reservada para o trabalho nos cinco eixos configurados nas pré-conferências.

A adolescente Bruna Marques, de 15 anos, destacou a importância da visibilidade às falas das crianças e adolescentes, que são o centro da discussão. "Geralmente, só os adultos falam sobre isso. Sem dúvidas, ter também as crianças falando é um diferencial", disse.



Último dia da conferência contou com a apresentação e votação das propostas dos eixos

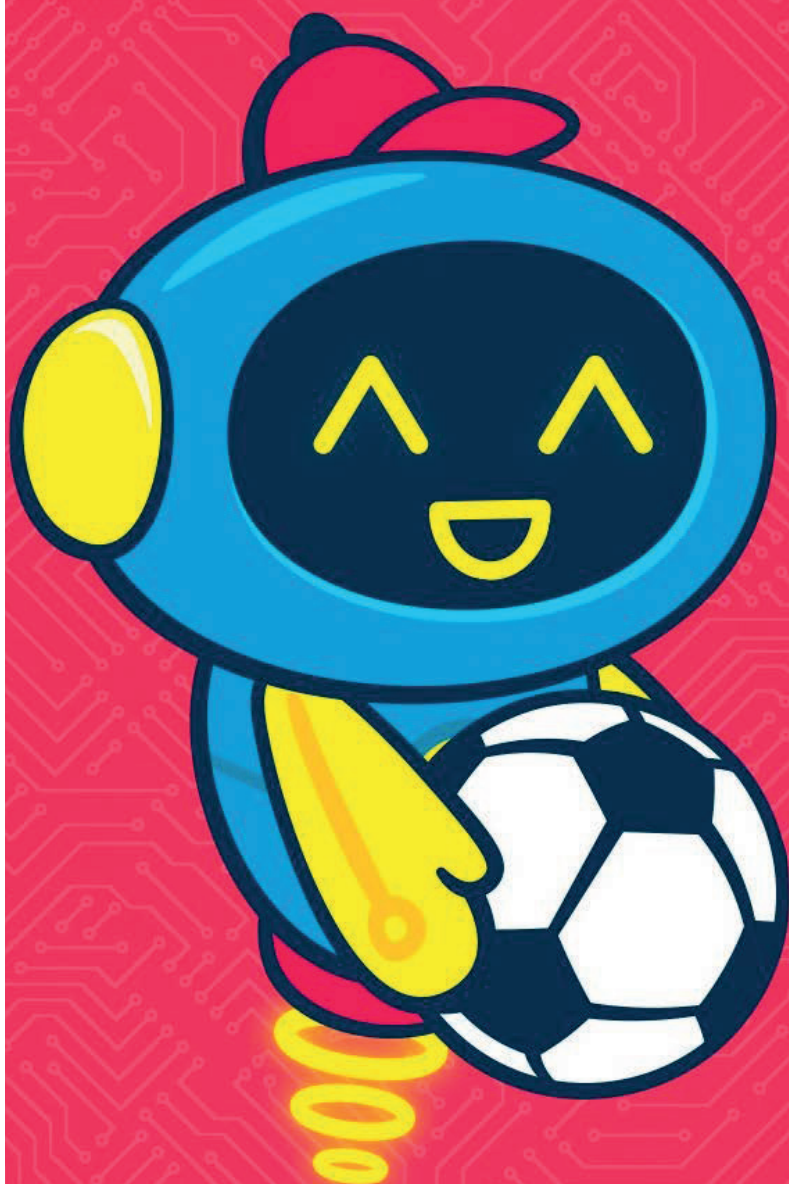
O segundo dia da XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro teve início com a divulgação da escolha do nome do novo mascote do CMDCA e com a apresentação

musical das crianças e adolescentes do Centro Cultural Liga do Bem que trouxe muita animação para a plateia. Logo após, as propostas dos eixos para a defesa dos direitos das crianças foram apresentadas para a plenária já com a votação de cada item proposto pelas equipes. Na sequência teve início a votação para escolha dos delegados que irão representar o município na conferência estadual prevista para abril do próximo ano.

De acordo com a vice-presidente do CMDCA-Rio, Érica Arruda, 2023 será um ano de reconstrução e por isso é tão importante momentos de compartilhamentos como a Conferência Municipal.

Já a Coordenadora da Comissão de Políticas Públicas e do eixo 3 da conferência, Danuza do Nascimento de Freitas, ressaltou a importância de garantir o lugar de fala dos adolescentes e do papel dos atores responsáveis em prepará-los para que possam ocupar esses espaços. "Quando há o espaço, a gente percebe que a criança e o adolescente pode ocupar esses espaços de fala e com muita qualidade", disse.





DITO

**VOU FISCALIZAR E TE
ENSINAR TUDO SOBRE
O CUMPRIMENTO DE
SEUS DIREITOS.**

Dito é o nome escolhido para o novo mascote do CMDCA-Rio

Com um total de 354 votos, sendo desses 158 no Dito, 106 no Ecabot e 90 no Bix, o novo mascote do CMDCA-Rio passa a ser chamado de Dito, com 45% da votação. O nome, que a princípio foi sugerido em referência à palavra Direito, também remete ao personagem principal do livro *Infância dos Mortos*, do jornalista José Louzeiro, inspiração para o roteiro do filme *Pixote*. A proposta é que Dito seja o responsável por fiscalizar e ensinar tudo sobre o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes.



EIXO 1

Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandemia

1 – Garantir a centralidade da família na oferta da Política de Assistência Social; com o diálogo desta Política junto às Políticas de Saúde e Educação, com as seguintes estratégias: 1. ampliação do serviço de abordagem dedicada e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 2. divulgação de Programas Sociais ofertados às crianças e adolescentes e 3. alinhamento das ações promovidas pelas Organizações da Sociedade Civil.

2 - Ampliar a oferta de serviço de psicologia para crianças e adolescentes nas clínicas da família; garantindo a intersetorialidade e fortalecendo os serviços de saúde voltados à criança e adolescente; bem como promover ações que combatam a pobreza menstrual.

3 - Ampliar e garantir numa perspectiva integral a oferta e a acessibilidade de crianças e adolescentes em atividades culturais, de esporte e lazer em toda a cidade do Rio de Janeiro; garantir ações que promovam maior segurança de crianças e adolescentes nos espaços institucionais de educação e assistência social; bem como ações de prevenção à violência doméstica.

4 – Garantir: 1. a acessibilidade da Pessoa com Deficiência (PCD) nos espaços de controle social; 2. a oferta de ações de combate ao Trabalho Infantil; 3. os espaços de divulgação e multiplicação dos direitos das crianças e adolescentes; 4. a oferta de geração e renda das famílias e promover estratégias que garantam a efetivação das políticas públicas pelo poder público na Câmara dos Deputados.

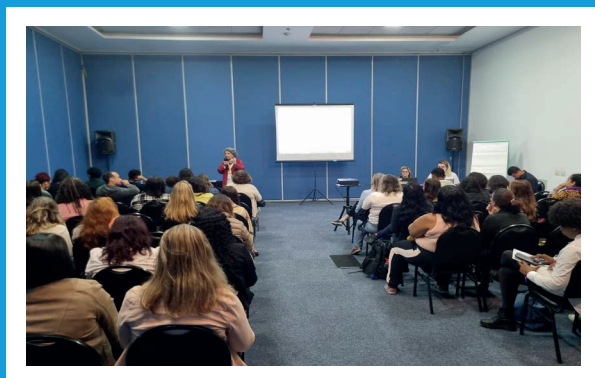
5 - Ampliar/assegurar: 1. oferta da educação integral; 2. cursos profissionalizantes no contraturno; 3. Participação das famílias nos espaços educacionais; 4. oferta de ações que revertam a alfabetização inconclusa e a defasagem de ensino dos demais segmentos, decorrentes do período pandêmico; 5. o uso do espaço escolar no período de férias escolares; garantindo espaços de escuta e diálogo entre crianças e adolescentes que promovam a reflexão frente à oferta das políticas públicas; ampliando a parceria Público e Privado.

Coordenadores:

Conselheira: PATRÍCIA CODA

Palestrante: JANAÍNA LENZI

Conselheira Relatora: BEATRIZ FARTES



EIXO 2

Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da pandemia de Covid-19

1 - Ampliar as ações que combatam a fome e a insegurança alimentar de crianças, adolescentes e suas famílias.

2 - Investir em campanhas presenciais e virtuais, permanentes e contínuas, para a prevenção às diversas formas de violência, agregando tecnologias de informação para mapeamento das situações de violência e suas consequências; além de dar visibilidade aos dados de violência sexual, acolhendo crianças e adolescentes vítimas e promovendo atividades de prevenção, em especial nas escolas, com a inclusão da educação sexual no currículo base, respeitando as diferentes fases de desenvolvimento.

3 - Incentivar ações que garantam o atendimento em saúde mental para crianças e adolescentes com foco na atenção às crianças enlutadas, incluindo as consequências da pandemia e do feminicídio e na prevenção da violência autoprovocada (automutilação e tentativa de suicídio).

4 - Criar mecanismos de comunicação intersetorial mais efetivos envolvendo as diversas políticas que atendam as crianças e adolescentes e as organizações da sociedade civil, com uso das informações disponíveis nos bancos de dados (CadÚnico, DataSus), atendendo integralmente as demandas.

5 - Incentivar a participação de adolescentes que estão cumprindo ou cumpriram medida socioeducativa, valorizando sua história de vida e trajetória, garantindo o direito a voz, sensibilizando a sociedade civil e os demais órgãos da iniciativa pública e privada para que os/as jovens sejam absorvidos/as para a Prestação de Serviço à Comunidade.

6 - Ampliar os dispositivos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do/a Adolescente com garantia de equipamentos de acesso à informação, além de capacitar os/as profissionais para atendimento de crianças e adolescentes dos povos originários e comunidades tradicionais (ciganos, quilombolas; indígenas e migrantes; priorizando o combate as diversas formas de trabalho infantil, tais como: esportes de alto rendimento, exploração sexual, mídias, entre outros.

Coordenadores:

Conselheira: MÁRCIA PIRES

Palestrante: MARIA AMERICA DINIZ

Conselheiras relatoras: FERNANDA CRUZ e THATYANA FREZ



EIXO 3

Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e após a pandemia

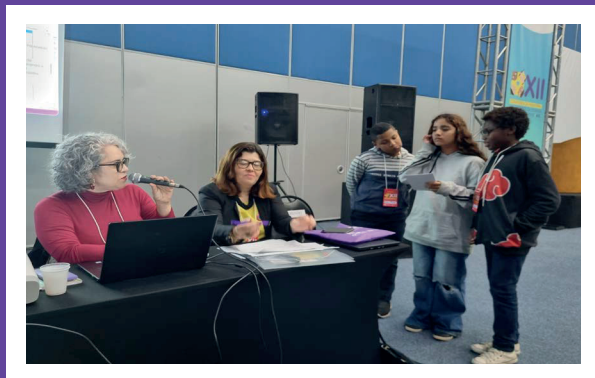
1 - Criação e implementação do CPA - Comitê de Participação de Adolescentes nos municípios, garantindo orçamento público para seu pleno funcionamento, com ações integradas (encontros, gincanas, reuniões, palestras...), fortalecendo esta participação nos fóruns, grêmios, conselhos de direitos, movimentos sociais, articulando as áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, justiça, garantindo financiamento para transporte, alimentação e demais demandas.

2 - Fortalecer a infraestrutura dos CRAS e CREAS a partir da implementação de programa de inclusão e letramento digital para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, incluindo os/as que estão cumprindo medida socioeducativa. Utilizar os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, promovendo autonomia e acesso a direitos fundamentais.

3 - Criar estratégias de sensibilização e formação para a qualificação da escuta ativa e cuidadosa dos atores do sistema de garantia de direitos, bem como promover o reforço da atuação do Conselho Tutelar, do Ministério Público e órgãos de segurança pública nos processos judiciais que envolvem violações de direitos das crianças e dos/as adolescentes.

4 - Efetivar a Lei que assegura o apoio de assistentes sociais e psicológicos nas escolas municipais e estaduais, públicas e privadas ou filantrópicas de forma a qualificar o atendimento e a prevenção das violências e violações de direitos humanos sofridas por crianças e adolescentes.

Conselheira: ARIANA NEUBAUER
Conselheiras palestrantes: PRISCILA PEREIRA E DANUZA FREITAS
Conselheira relatora: ÚRSULA FERREIRA



EIXO 4

Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico

1 - Fortalecer espaços de participação da população (sociedade civil), incentivando a desburocratização no acesso aos serviços públicos em geral e em situações de emergência e calamidades, aos povos e comunidades originários, para que se tenha respostas institucionais mais rápidas para a proteção, e a articulação interconselhos com a enfoque no recorte étnico racial.

2 - Revitalizar os espaços de escuta e participação na comunidade escolar (envolvendo professores, alunos/as e outros/as que participam da escola, incluindo familiares), tais como grupos de trabalho de crianças e adolescentes, grêmios estudantis, conselho escola comunidade, comunidade escolar, ampliando a formação para o uso de tecnologias, com vistas a debater e encaminhar os seguintes assuntos: 1) melhoria das condições de infraestrutura e funcionamento da escola (qualidade da merenda escolar, limpeza e higiene da cozinha e dos banheiros, espaços para atividades, falta de água, acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida), 2) assuntos atuais que afligem os discentes como racismo, LGBTfobia, assédio sexual, o respeito na sala de aula entre professores e alunos/as e 3) medidas de prevenção e controle da corrupção e uso consciente dos recursos públicos direcionados para a educação, seja para gestores, seja para os/as alunos/as evitando desvio, vandalismo e aumentando a consciência de coletividade.

3 - Atuar na defesa e proteção de crianças e adolescentes em situação de rua e seus familiares, incentivando as ações de contraturno escolar, ampliação dos quadros técnicos e resgatando programas exitosos, tais como Vem Pra Casa.

4- Promover ações de cuidados da saúde mental para crianças e adolescentes e comunidade escolar, tais como acolhimento e identificação de casos; fortalecer o Programa de Saúde Escolar; garantir a efetividade da Lei 13.935/2019 que prevê que as redes públicas de educação básica contarão com serviços de Psicologia e de Serviço Social em parceria com a área da saúde.

5 - Fortalecer a atuação dos Conselhos Tutelares implementando as seguintes medidas no município: ampliar a quantidade de Conselhos Tutelares, atualizar a lei municipal de criação, implementar o SIPIA e garantir recursos físicos, materiais e humanos para seu funcionamento, para que o Conselho seja mais participativo e com atuação efetiva na rede de proteção social, bem como com mais escuta das demandas dos territórios.

Coordenadores:

Conselheiro: MARCOS BAZEM

Palestrantes: ÉRICA ARRUDA E SINDELY ALCHORNE

Relatora: ROSEMERE DE SOUZA



EIXO 5

Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes durante e após a pandemia de Covid-19

1 - Sistematizar o fluxo do FMADCA (Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente) dos trâmites administrativos para uso dos recursos, com transparência na assembleia do CMDCA, estabelecendo um prazo razoável, considerando a prioridade absoluta de atendimento às crianças e aos adolescentes em períodos emergenciais, com divulgação nas redes sociais.

2 - Revogação da EC/95 – congelamento dos gastos públicos em políticas sociais públicas.

3 - Regulamentar a Lei Municipal 6.054/2016 (Orçamento da Criança e do Adolescente no Município do Rio de Janeiro), em regime de urgência, com a criação de um Núcleo de Fiscais de orçamento composto por crianças e adolescentes, eleito em assembleia e com formação em educação financeira e fiscal; promovendo a divulgação do OCA para as crianças e os/as adolescentes de forma sistemática e contínua, numa linguagem lúdica.

4 - Cumprimento das Leis do SUAS Municipal e Estadual com previsão de destinação de recursos na Lei Orçamentária Anual.

5 - Inserir recursos do Tesouro Municipal no Fundo Municipal do Atendimento dos Direitos de Crianças e Adolescentes – FMADCA.

Coordenadores:

Conselheiros: CARLOS LAUDELINO e SANDRA MARQUES

Palestrante: ORLANDO XAVIER

Conselheira relatora: SUZANA PROLASIO SERRA

Conversamos com alguns adolescentes que participaram do evento e eles puderam falar um pouco sobre o que pensam da Conferência. Confira:



Bruna Marques Costa, 15 anos, CRAS Rosane Cunha

“Eu acho que a Conferência é importante porque ela dá a visibilidade à fala das pessoas que são atingidas. Não é algo como a gente vê na política geralmente, em que os adultos ficam falando sobre o que é melhor para as crianças. Eles perguntam de fato para quem sofreu o impacto”



Jeferson do Nascimento Souza, 14 anos, Pastoral do Menor

“Na conferência nós temos o espaço para contribuir com nossas vivências para encontrarmos diversas soluções para os problemas causados pelo retrocesso que veio com a pandemia. Aqui nós podemos contar um pouco do que nós passamos e assim buscar soluções para os problemas não só que nós passamos, mas todos os adolescentes do Rio de Janeiro”.



Ana Luiza Oliveira de Castro, 14 anos, Associação São Martinho

“A Conferência ajuda na visibilidade de pessoas de minorias que não têm muita voz nas favelas. Não teria ninguém para ocupar esse lugar de fala melhor do que elas”



Ayran Carlos Martins, de 15 anos, do CRAS Cecília Meireles

“Eu vim para poder encorajar outros jovens que virão depois de mim. Os adolescentes têm que ter seu lugar de fala, mesmo que os adultos tomem as decisões.”



**CONFERÊNCIA MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE | RIO**



Rita de Cássia Lemos Calmon Martins, 14 anos, CAS Zózimo

“As conferências dão abertura aos debates dos jovens, para a gente falar o que realmente aconteceu nas nossas casas durante a pandemia de Covid-19. É uma oportunidade que a gente tem de realmente se abrir e além de poder falar sobre isso, de coisas como a ansiedade e depressão que passaram a afetar a gente, podemos buscar soluções em diversas áreas”.

DELEGADOS ELEITOS

Saiba quem são os delegados que representarão o município do Rio de Janeiro na conferência estadual, cuja data ainda será definida.



I – Seis representantes do CMDCA-Rio (governo e sociedade civil):

Márcia Romualdo - Secretaria Municipal de Educação; Márcia Rodrigues Pires - Secretaria Municipal de Assistência; Marcos Aurélio da Silva Bazém - Guarda Municipal do Rio de Janeiro; Edvaldo Alves da Silva - Centro Educacional Anne Sullivan; Priscila Pereira da Silva - Fundação Roberto Marinho/FRM; Thatyana Siqueira Nunes Frez - Obra do Berço



II – Seis representantes governamentais eleitos nas Pré-Conferências:

Bianca Lessa – 3ª CAS; Elina Freitas – 10ª CAS; Fernanda Ferraris; Ademir Moura – 7ª CAS; Flávio Medeiros – 1ª CAS; Mozart Tyger. Suplentes: Tatiana Lopes (3ª CAS); Roberta Gomes (9ª CAS).



III – Seis representantes da sociedade civil eleitos nas Pré-Conferências:

Bianca Pimentel de Sena; Crislaine Lima; Anderson Motta da Silva; Antonio Adriano de Carvalho Lima; Joyce Pereira da Silva; Alzira Pereira Peres; Suplentes: Jurema Teodoro da Silva; Marcos Peres.



IV – Oito representantes dos Conselheiros Tutelares:

Milena Salgueiro de Oliveira – CT Vila Isabel; Nailá Cristina Arlindo de Souza - CT Vila Isabel; Heitor Esteves – CT Méier; Sandra Guedes Teixeira – CT Ramos; Lucilene Pimenta dos Santos – CT Coelho Neto; Sílvia Benito - CT Coelho Neto; Cláudia Lima Silva – CT Taquara; Fábio Sebadelhe Sales – CT Ilha do Governador; Suplentes: Valéria da Rocha Pedro; Reinaldo de Miranda Neves; Isaías Bezerra de Araújo



V- Treze adolescentes delegados

Adriana Monteiro; Ana Luiza Cabral - CRAS Presidente Itamar Franco; Ana Luiza Pequenas Vozes - São Martinho; Ayrán Carlos Martins - CRAS Cecília Meireles; Bruna Marques Costa-CRAS Rosani Cunha; Cleberson Silva Santos-CRAS Cecília Meireles; Dandara Cristina França-CRAS Maria da Luz; Esther Marques de Oliveira-CRAS Gonzaguinha; José Otávio-CRAS Germinal Domingues; Luiz França-URS Cely Campello; Moisés Gabriel Bussons Silva-9ª CAS; Paulo Henrique Gonçalves -RAS Presidente Itamar Franco; Rita de Cássia Lemos - CRAS Madureira;

CADA DECLARAÇÃO
UMA DOAÇÃO



DOAÇÃO AO FUNDO

Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMADCA) beneficia, através de doações dedutíveis do imposto de renda, programas e projetos de atenção a crianças e adolescentes do município do Rio de Janeiro, nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

Banco do Brasil

Agência: **2234-9**

Conta Corrente: **8.850-1**

CNPJ: **14.414.144/0001-07**

Informações: www.cmdcario.com.br

E-mail: cmdcario@gmail.com

EXPEDIENTE

Informativo digital do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Jornalista responsável:

Iranilce Martins – Nana – Savannah Comunicação Corporativa.

Textos:

Rafaela Gambarra – Savannah Comunicação Corporativa e colaboradores do mês.

Projeto Gráfico e Diagramação:

Savannah Comunicação Corporativa.

Fotos:

Nana Martins, conselheiros e arquivo pessoal

ACOMPANHE TAMBÉM PELAS REDES SOCIAIS



@cmdcario



/cmdcario